

AS MULHERES E A ESCRITA DE LIVROS ESCOLARES NO SÉCULO XIX

Gisele Baptista Teixeira

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

E-mail: gizt2000@yahoo.com.br

Resumo: No percurso que envolvia os livros escolares no século XIX, as professoras também tiveram um papel ativo no processo, seja analisando e avaliando as obras que deveriam ser aprovadas para uso das escolas, seja produzindo. Se levarmos em consideração de que à época o predomínio da escrita pertencia ao sexo masculino, é possível afirmar que havia um expressivo número de mulheres que se tornaram escritoras de compêndios. Iniciar uma problematização sobre as relações existentes entre condição feminina, exercício do magistério e autoria de livros escolares no século XIX, é o objetivo principal deste artigo.

Palavras-chave: livros escolares; Corte imperial; professoras-autoras.

Introdução

Ao contrário do que se poderia imaginar, havia uma expressiva quantidade de livros escolares no século XIX, produção que era incentivada e regulada pelo governo imperial, já que o livro foi eleito como um dos principais instrumentos para a escolarização dos saberes, e uma tecnologia a serviço de um projeto civilizatório posto em curso no Oitocentos. Os livros foram entendidos como objetos que poderiam contribuir para viabilização das propostas existentes, sejam elas quais fossem, já que em circulação, divulgariam um saber bem determinado. Cabe ressaltar que para que pudessem ser utilizadas nas escolas, primeiramente as obras deveriam ser previamente aprovadas pelas autoridades governamentais.

No percurso que envolvia os livros escolares, mais do que consumidores passivos desses objetos para auxílio de suas aulas, os professores tornaram-se sujeitos ativos, analisando e avaliando as obras que deveriam ser aprovadas para uso das escolas, produzindo tais compêndios. Os professores foram considerados os sujeitos capazes e autorizados para aquela produção, cabendo destacar que este exercício não era restrito aos homens, havendo também professoras que se tornaram escritoras. Iniciar uma problematização sobre as relações existentes entre a condição feminina, o exercício do magistério e a autoria de livros escolares no século XIX, é o objetivo principal deste artigo, contudo, primeiramente torna-se necessário compreender melhor as condições de aparecimento e de permanência do livro na ordem escolar do Brasil e as ações que o elegeram como um suporte privilegiado para difusão dos saberes escolarizados.

O livro escolar no Brasil: produção, controle e circulação

O século XIX pode ser caracterizado como um período de invenção e construção do sistema educacional estabelecido pelo Estado imperial, sendo um período rico em discussões relacionadas à educação, envolvendo autoridades e diversos segmentos da sociedade.¹ Na Corte imperial, formada por uma população extremamente heterogênea, a escola foi percebida como um espaço que poderia ser responsável pela criação de uma determinada ordem, ou seja, do disciplinamento desses distintos sujeitos e, nessas propostas de controle dos indivíduos, o livro foi entendido como um dos veículos de viabilização e sustentação das políticas governamentais.

Os primeiros livros escolares foram impressos pela Impressão Régia (HALLEWELL, 1985). De acordo com Tambara (2002), nesse período de monopólio da Impressão Régia, muito pouco foi produzido em termos de livros escolares para utilização na

¹ Para saber mais sobre as ações de escolarização na Corte imperial, consultar Gondra (2008).

escola elementar no Brasil, devido às limitações da estrutura educacional na época. Entretanto, ainda de acordo com o autor, pode-se observar que estava se estruturando um mercado consumidor de livros escolares bastante atraente.

Em 1822, com o fim deste monopólio, a análise de documentos acerca deste tipo de material indica que durante um extenso período, até meados do século XIX, muitos dos compêndios aqui utilizados eram importados da Europa e traduzidos no Brasil, ação que também pode ser explicada por questões econômicas, já que a compra do produto europeu saía mais barata e de melhor qualidade do que o produzido no Rio de Janeiro.

Dos livros que não eram importados e traduzidos, uma expressiva parcela era fabricada por editoras particulares. Naquele período, de acordo com Bittencourt (1993), o livro didático foi se transformando em uma importante mercadoria das empresas editoriais que se aliam ao Estado na divulgação dessa produção cultural que tendia a se ampliar, já que desde 1827, ou seja, desde o fim do monopólio da Imprensa Régia, seguiu-se o descompromisso estatal com publicações de compêndios escolares. Embora o Estado liberal considerasse este objeto cultural peça fundamental na transmissão do saber escolar, cedeu à iniciativa particular o direito de fabricá-lo. As editoras, ao conquistarem o direito de produzir e divulgar o “livro didático”, trataram de transformá-lo em uma mercadoria inserida na lógica capitalista. Assim, a segunda década do século XIX marcou a transferência da produção didática para as editoras particulares que começaram a se instalar no Brasil.²

No movimento de construção da escola, o livro foi entendido (e eleito), como um instrumento a ser regulado pelas autoridades governamentais, já que poderia estar presente no cotidiano das escolas, com alunos e professores, subsidiando as aulas. De acordo com Bittencourt (1993), o professor, formado em sua maioria, na aprendizagem pela prática, deveria contar com o livro didático para dominar os conteúdos a serem transmitidos. Ainda conforme o mesmo autor (2004, p. 484), para professores sem formação específica, o livro didático representava “o método de ensino”, além de conter o conteúdo específico da disciplina.³

Com este entendimento, os livros passaram a funcionar como um dos principais instrumentos para concretização dos projetos educacionais existentes, sendo utilizados por professores como uma espécie de “guia” no ensino dos saberes escolares. Da parte dos alunos, seria um guia para suas práticas ordinárias, ferramenta que deveria regular a aprendizagem, definindo os saberes, sua ordem, ritmo e alcance a ser atingido por meio da ação escolar. Nessa perspectiva, os livros poderiam ser

² Sobre a atuação das editoras particulares na Corte, consultar Teixeira (2008).

³ Acerca da formação dos professores na Corte e das Escolas Normais, Uekane (2008).

utilizados com a intenção de modelagem da prática docente, de sua formação, e um instrumento mais ou menos seguro para o controle da ação dos alunos. Concebido nesses termos, se tornaram necessárias normas que regulassem a elaboração, aprovação e circulação dos livros de destinação escolar.

Nesta linha, a primeira lei promulgada pelas nossas autoridades imperiais já procurava regular e definir os aspectos relacionados à instrução de “primeiras letras” no Brasil. A Lei de 15 de outubro de 1827⁴ trazia em seu artigo 6º a prescrição dos saberes a serem difundidos via escola, na tentativa de organizar e controlar o currículo escolar, estabelecendo, inclusive, diferenças de gênero, aspecto que vem sendo analisado pela historiografia da educação (LOURO 1997; GOUVÊA, 2004).

Para Mattos (2003), apesar das iniciativas referentes à construção e consolidação do Estado imperial começarem já nas primeiras décadas do século XIX, só em seus meados esta obra parecia ter se completado⁵ e, não coincidentemente, nesse mesmo período, de acordo com Batista e Galvão (1999), começaram a surgir no país, ainda que alguns fossem impressos na Europa, livros de leitura destinados especificamente à escolarização inicial, demonstrando, desta maneira, a organização que começava a existir em torno das escolas.

Segundo Schueler e Teixeira (2007), este período corresponde a um momento de transformações sensíveis no contexto político e cultural da Corte, com ampliação das demandas no ensino primário e secundário, com repercussões no mundo editorial e investimentos na produção de livros didáticos de autores brasileiros.

Pensar a escola da Corte, em meados do século XIX, implica em abordar a Reforma de Luiz Pedreira Coutto Ferraz.⁶ Por meio desta reforma, expressa na Lei de 17 de fevereiro de 1854, o então Ministro dos Negócios do Império pretendia organizar a instrução. E dentro desse novo esquema de organização e também “controle” da instrução, os livros também não ficaram de fora. Desde sua elaboração, deveriam cumprir um rigoroso percurso que ia do autor ao Conselho Diretor de Instrução para, então, poder chegar às salas de aula. Para que pudessem receber autorização do Governo imperial para uso nas escolas oitocentistas, os textos e livros participam de intrincadas redes e relações de poder, que abrangiam a sua elaboração pelo autor, a

⁴ É possível encontrar um estudo mais detalhado acerca desta Lei em Gondra (1997).

⁵ Segundo este autor, o esforço dos dirigentes imperiais para instituir uma ordem legal, para criar uma burocracia, pelo exercício de uma jurisdição compulsória sobre o território e pelo monopólio da utilização legítima da força – característica que, segundo alguns, definem um Estado moderno –, era a expressão de uma obra cuja conclusão era vislumbrada também com o fim das revoltas e rebeliões provinciais, com um certo amortecimento das ideias e propostas federalistas, democráticas e até mesmo republicanas, e com o relativo controle das insurreições negras.

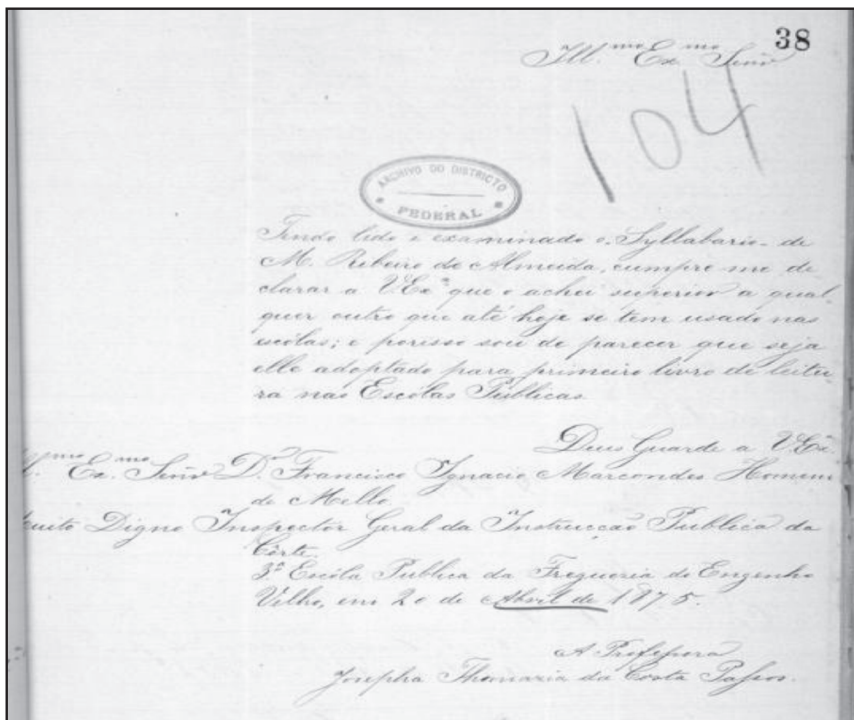
⁶ Para saber mais sobre Luiz Pedreira do Couto Ferraz e o regulamento de 1854, consultar, Gondra, Garcia e Sacramento (2000).

aprovação pelo Conselho Diretor de Instrução e o encaminhamento para os procedimentos necessários à impressão pelas tipografias, editoras e livrarias. Apenas após este percurso, depois de ter cumprido esta espécie de liturgia do poder é que os livros poderiam chegar, finalmente, às salas de aula.

Nessa rede de relações, sujeitos distintos eram envolvidos: autores, avaliadores, membros do Conselho de Instrução e autoridades do ensino, editoras, tipografias e livrarias, além dos próprios professores primários e secundários, responsáveis pelo ensino, pela divulgação e pela apropriação dos livros e obras escolares nas instituições de ensino (BITTENCOURT, 2004).

Antes de serem aprovadas, as obras eram encaminhadas pelo Conselho a pessoas consideradas “idôneas” e de confiança das autoridades para que pudessem fazer sua avaliação, sendo que uma parcela significativa desses sujeitos era composta por professores públicos, como exemplifica a Figura 1, com um parecer emitido em 1875 pela professora Josepha Thomazia da Costa Passos, sobre o *Syllabario*, do professor M. Ribeiro de Almeida.

Figura 1 - Parecer sobre o livro *Syllabario*, de Ribeiro de Almeida



Fonte: AGCRJ - Série de Instrução Pública, vários anos.

Ao mesmo tempo em que previa a regulação, o governo incentivava a criação destas obras ao garantir prêmios às pessoas que compusessem compêndios para uso das escolas e aos que melhor traduzissem os publicados em língua estrangeira, conforme consta nos artigos 56° e 95° do regulamento de 1854.

De acordo com o art. 56, a adoção de livros que contivessem matéria do ensino religioso ficava a cargo da igreja católica, que era responsável pela aprovação de tais obras. Como exemplo, há o compêndio “Catechismos chistão”, de Elisa Tarmer, do qual há um parecer do Cônego João Pires de Amorin, considerando o livro apto para uso dos meninos, desde que este sofresse certas modificações, como demonstrado em documento de 27 de outubro de 1877 (ver Figura 1):

[...] Tem porém, na minha humilde opinião, dous pequenos defeitos: o primeiro é que seu autor dando a uma parte da doutrina, como seja a que trata dos Sacramentos, um compêndio de meninos, em outras, como por exemplo os mandamentos, passou tão ligeiramente que quase se torna deficiente. O segundo é que o método de perguntas e respostas que a experiência tem demonstrado ser o mais proveitoso para os meninos, não foi sempre observado; além de que encontram-se às vezes algumas respostas tão longas, que são antes extensas dissertações, bem difíceis de ser conservadas pela memória dos meninos.” (AGCRJ, 1877, código 11.4.30, p. 30).

Ao alertar para as longas respostas que poderiam prejudicar a memorização e ao sugerir modificações que pudessem aprofundar as questões relacionadas às doutrinas que compõem o livro, podemos perceber uma preocupação do Cônego referente à assimilação dos ensinamentos da igreja católica, e conseqüentemente, formação de sujeitos, segundo um determinado modelo pedagógico. De acordo com Bittencourt (1993), estando o poder educacional dividido entre o Estado Civil e a igreja católica, o livro escolar desempenhava um papel fundamental na concretização dos projetos educacionais de ambos, ficando, por isso, sujeito aos interesses dessas forças.

Segundo Galvão (2005, p. 5), para ser aprovado, além de útil, o livro escolar também deveria ser bem organizado. O manual deveria apresentar uma sequência lógica, não ser confuso, ser claro/breve, metodicamente planejado, adequado ao uso escolar. Na segunda metade do Oitocentos, os manuais também deveriam se basear nos preceitos do método intuitivo: suas páginas deveriam coadunar-se com um espírito mais prático do que teórico e, entre os recursos possíveis para que isso ocorresse, recomendava-se o uso de desenhos, exercícios e quadros. Percebe-se, nesse aspecto, a consciência que tinham os que estavam à frente das instâncias de instrução pública provinciais de que o conhecimento científico era distinto do conhecimento escolar. Cabia ao manual mediar essas duas instâncias: este deveria estar isento de imprecisões, inexactidões científicas, e adequar-se ao uso cotidiano da escola e ao público ao qual se destinava.

Para viabilizar o ensino de um conjunto polimorfo, dinâmico, móvel e variável de saberes, ao contrário do que se pode imaginar, houve uma significativa produção de textos e livros escolares, que foi sendo intensificada na medida em que a escola primária adquiriu maior institucionalidade e passou a ser legitimada como lugar fundamental de instrução e educação da população (SCHUELER; TEIXEIRA, 2008). O incremento desta produção pode ser verificado por intermédio de um estudo de documentos variados encontrados na Série Instrução Pública do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ), como oferecimento feitos pelos respectivos autores; atas do conselho de instrução pública; notas fiscais de livrarias destinadas a Secretaria de Instrução Pública com a quantidade e valores dos livros fornecidos; pareceres positivos e negativos referentes à aprovação e adoção de livros escolares; além de ofícios de professores e delegados de províncias que pediam determinadas obras autorizadas para uso de suas escolas. Tais materiais evidenciam uma produção e circulação crescentes de livros escolares no período.

Os autores dos livros escolares na Corte

De acordo com Schueler e Teixeira (2008), no processo de emergência de livros escolares e de escritores nacionais, uma “primeira geração” de autores (aproximadamente entre 1827 e 1880) foi responsável pela elaboração de livros marcados pelo caráter moral e patriótico e pela preocupação com a fundação da nacionalidade e com a construção do Estado. Identificada por Bittencourt (2004) como integrantes de um grupo vinculado ao poder do Estado, esses intelectuais pertenciam às elites políticas e culturais e partilhavam do pertencimento a prestigiosas instituições científicas, acadêmicas e literárias, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Escola Militar, o Colégio Pedro II e as instituições superiores de ensino.

No entanto, ainda segundo Schueler e Teixeira (2008), na segunda metade do Oitocentos, com a expansão do mercado editorial e a consolidação das editoras e livrarias interessadas no ramo dos livros escolares, uma “segunda geração” de autores começou a se delinear, marcada pelas discussões liberais a respeito da ampliação da escolarização e da cidadania. De acordo com Bittencourt (2004, p. 480), entre os anos de 1880 e 1910, é possível observar transformações significativas no perfil dos autores e nas relações que estes estabeleceriam com o Estado e com o mercado editorial. Nesse momento, a atuação docente, a experiência pedagógica, o conhecimento sobre a realidade cotidiana das escolas, e dos alunos, passaram a ser valorizados como credenciais importantes para a criação de textos, livros e outros materiais destinados às escolas. A produção de textos escolares pelos professores primários e secundários foi, então, cada vez mais incentivada pelos poderes públicos e pelo mercado editorial em franca expansão.

Em relatório apresentado no ano de 1872, João Alfredo Corrêa de Oliveira, Ministro dos Negócios do Império, dizia que “Sempre que se me oferece ocasião não deixo de animar os professores a apresentarem trabalhos de própria lavra no sentido de melhorarmos os exercícios escolásticos”. De acordo com Maciel (2003, p. 19), os autores dos manuais, em geral, partem de suas experiências como professores ou inspetores de ensino, para escreverem e justificarem as suas orientações metodológicas.

Pela pesquisa feita no AGCRJ foi possível constatar a existência de um número significativo de professores que ofereciam suas obras para avaliação junto ao Conselho Diretor. Em alguns casos, os pareceres e as respostas do Conselho foram positivas, o que significava o sucesso do pleito, com a aprovação das obras, e, em alguns casos, conseguia-se a adoção oficial para uso nas escolas públicas.

Uma das formas de incentivar a produção destes textos escolares pelo Estado imperial, era a promessa de pagamentos de prêmios aos autores que tivessem sua obra aprovada. Em relatório apresentado ao Ministro do Império no ano de 1872, o Conselho de Instrução Pública declara ter entendido que se deveria conceder “o premio afiançado pelo art. 95 do Regulamento de 17 de fevereiro de 1854, que requereu o Dr. Manoel Duarte Moreira de Azevedo por haver composto um compendio de história antiga adoptado no imperial collegio do Pedro II”. Anos antes, em 19 de agosto de 1858, um ofício comunica que “Sua Majestade o Imperador”, atendendo ao que representou o Doutor Saturnino Soares de Meirelles, também professor do Imperial Colégio de Pedro 2º, de Phisica e Qhimica, e com o parecer do Conselho Diretor da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte, concedeu um prêmio de dois contos de réis pelo compêndio que escreveu, e que foi adotado para uso das respectivas aulas no dito Colégio, correndo a impressão por conta do autor, que ficava com a livre propriedade da obra. Contudo, cabe ressaltar que nem sempre esse prêmio era garantido ou efetivado sem tensões, como demonstra uma série de ofícios de autores reclamando do atraso e, até mesmo, o não recebimento das quantias a que tinham direito por força do Regulamento de 1854.⁷

Tais exemplos evidenciam que, além do interesse pedagógico dos professores de divulgar novos métodos e conteúdos para o ensino, alcançando uma posição de distinção e destaque na formação das novas gerações, os retornos financeiros decorrentes da premiação e do comércio dos livros também pareciam incentivar os escritores de livros escolares (BITTENCOURT, 2004, p. 488).

Ainda segundo Bittencourt (1993), a construção de uma obra didática seria uma tarefa patriótica, um gesto honroso, digno das altas personalidades da nação, sendo assim, os homens de confiança do poder seriam, evidentemente, o grupo ideal

⁷ Para saber mais sobre este assunto, Teixeira (2008).

de autores de obras didáticas, mas, com o decorrer do tempo, o número limitado de obras que surgiram de autores famosos fez com que as autoridades educacionais aceitassem pessoas menos nobilitadas. Desta maneira, os professores foram considerados os sujeitos capazes e autorizados para tal produção, cabendo destacar que este exercício não era restrito aos homens, havendo também professoras que se tornaram escritoras de compêndios.

Mulheres, professoras e autoras

Para Tabak e Tavares (2007), instruir-se e posicionar-se através da escrita foram as duas frentes de luta nas quais muitas mulheres do Oitocentos se empenharam: escreveram em verso, prosa e linguagem jornalística e participaram de campanhas reivindicatórias. Tais mulheres também se dedicaram a escrita de livros com destinação escolar na Corte. Na pesquisa realizada até o momento nos documentos localizados no AGCRJ, foi possível localizar o nome de cinco professoras-autoras: Adelina Lopes Vieira, Luiza Emilia da Silva Aquim, Elisa Tarmer, Guilhermina de Azambuja Neves e Theresa Leopoldina de Araújo Jacobina. A primeira, Adelina Lopes Vieira, escreveu, *Pombal* (1882), *Contos* (1900), e entre outras poesias, *Margaritas* (1879); Luiza Emilia da Silva Aquim publicou *Rudimentos arithmeticos* (1877); Elisa Tarmer escreveu *Catholicismo Cristão (s/d)*; Guilhermina de Azambuja Neves⁸ publicou *Methodo brasileiro para o ensino da escripta: collecção de cadernos, contendo regras e exercicios* (1882), *Methodo intuitivo para ensinar a contar, contendo modelos, tabellas, taboadas, regras, explicações, exercicios e problemas sobre as quatros operações* (1881), *Entretenimento, sobre os deveres de civilidade, colleccionados para uso da puericia brasileira de ambos os sexos* (1884); e Theresa Leopoldina de Araújo Jacobina publicou a tradução da obra *Pedagogia e Methodologia de Th. Braun (s/d)*.

Esta última reivindica, em ofício apresentado em 21 de abril de 1875, resposta ao seu pedido:

Theresa Leopoldina de Araújo Jacobina, professora da 2ª escola publica de meninos da freguezia de Santa Rita, tendo tido a honra de offerecer a Inspectoria Geral da Instrucção publica no anno de 1871, uma tradução que fez da *Pedagogia e Methodologia de Th. Braun* para ser adoptada ao uso das escolas, caso merecesse approvação e algum apreço, e como não tinha tido até hoje resultado algum, a supplicante vem com o devido respeito pedir ao Exmo. Snr. Inspector Geral se digne providenciar afim de que seja a mesma traducção adoptada, ou a não ter merecimento ser restituída a Supplicante. (AGCRJ, 1874-77, códice 11.4.21, pág. 51).

Silva (2007) apresenta uma lista de outras mulheres professoras que, no século XIX, ocuparam cargos na Instrução Pública, foram proprietárias de estabelecimentos de ensino ou se dedicaram à produção de obras didáticas (ver Tabela 1).

⁸ Sobre Guilhermina de Azambuja Neves e sua produção escrita, consultar Schueler e Teixeira (2007).

Como mostra Silva (2007), e alertam Tabak e Tavares (2007), essas mulheres abriram escolas, publicaram livros, fundaram jornais⁹ e escreveram artigos em defesa do direito da fala em público, num momento de lutas das mulheres, “principalmente pelo direito à educação e à profissão” (MUZART, 2003).

Em relação às professoras-autoras, é possível que a função que possuíam na sociedade – ensinar – e a mencionada prática de leitura e escrita, em meados do século XIX, possibilitaram a estes profissionais se tornarem também autores de livros.

Sobre a presença de mulheres nas escolas, no século XIX, segundo Uekane (2008), a instrução primária feminina se desenvolveu lado a lado com as escolas de meninos, tendo se constituído em campo privilegiado de atuação enquanto professoras e alunas. Com a política de expansão da instrução primária, se fazia necessária também a expansão do número de escolas femininas. Para isso, eram necessárias mudanças na mentalidade brasileira acerca do papel das mulheres, não as restringindo somente ao espaço doméstico e possibilitando sua inserção neste ramo de ensino. Borges (2008), por exemplo, identificou um contingente de 75 professoras públicas da Corte, a partir das informações trazidas nos relatórios dos Ministros do Império e da IGIPSC, no período de 1854 a 1889. Provavelmente, outras professoras da Corte tenham se dedicado a luta pelo “direito da fala pública”, sendo necessário maiores investigações para se aprofundar esta questão, aqui brevemente abordada.

Tabela 1 - Referências de proprietárias de escolas e autoras de livros de ensino

Edeiges Raetz de Schreiner	Publicou <i>Idéia sobre a instrução primária no Brasil</i> (1883).
Elisa Diniz Machado Coelho	Uma das fundadoras do colégio Santa Isabel, RJ. Autora de romances-folhetins.
Francisca Senhorinha da Motta Diniz	Fundou e dirigiu com as filhas o colégio Santa Isabel, e o jornal <i>O Sexo Feminino</i> (1873).
Gabriela de Jesus Ferreira França	Escreveu <i>Contos brasileiros</i> (1881), adotado nas escolas públicas primárias.
Luísa Carolina de Araújo Lopes.	Diretora do Colégio Santa Luzia, para educação de meninas, no RJ. Produziu <i>Lições de geografia particular do Brasil</i> (1877).
Maria Guilhermina Loureiro de Andrade ¹	Natural de MG, fundou um colégio para meninas no RJ. Produziu <i>Resumo da História do Brasil para uso das escolas primárias</i> , Boston, 1888; e alguns livros de leitura para o ensino primário.
Maria Jose de Andrade	Dirigiu um colégio de meninas no RJ.
Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810-1885) ²	Foi educadora de meninas no Brasil e em Portugal. Escreveu <i>Direitos das mulheres e injustiça dos homens</i> (1832); <i>Conselhos à minha filha</i> (1842), <i>A mulher</i> (1859); <i>Opúsculo humanitário</i> (1853).
Teresa Pizarro Filha	Fundou no Rio de Janeiro o Colégio Santa Teresa.

Fonte: Silva (2007).

¹ Para saber mais sobre Maria Guilhermina Loureiro de Andrade, Chamon (2005) e Chamon e Faria Filho (2007).

² Para saber mais sobre Nísia Floresta Brasileira Augusta, consultar Duarte (2003).

⁹ Sobre jornais femininos no Rio de Janeiro, conferir, por exemplo, Bicalho (1989) e Morel (2003, 2005).

Ao analisar os mencionados relatórios produzidos pelos Ministros dos Negócios do Império, foi possível naquele de 1877, mais especificamente em sua página 35, uma lista dos “Professores públicos que têm escripto trabalhos didacticos”. Nela, encontramos a presença de duas mulheres, Guilhermina de Azambuja Neves e Luiza Emilia da Silva Aquino, juntamente com os seguintes nomes e obras:

Figura 2 - Professores e suas obras (1877).

Professores publicos que têm escripto trabalhos didacticos.

D. Guilhermina de Azambuja Neves.—Um livro de leitura denominado *Entretenimentos sobre os deveres de civilidade*.

D. Luiza Emilia da Silva Aquino.—*Rudimentos de arithmetica sobre os numeros inteiros*.

Antonio Estevão da Costa e Cunha.—Um compendio de historia sagrada, Nova selecta dos autores classicos, um compendio de analyse syntaxica.

Antonio José Marques.—Um compendio de systema metrico.

Augusto Candido Xavier Cony.—Um compendio de grammatica portugueza.

Carlos Augusto Soares Brazil.—Um compendio de pedagogia, um compendio de arithmetica, um compendio de systema metrico organizado por pontos com as respectivas applicações, um syllabario e elementos de arithmetica para a infancia.

Francisco Alves da Silva Castilho.—Methodo de leitura para ensino de meninos e adultos, transparentes para o ensino da escripta, quadros de leitura, principio da sabedoria, preliminares de grammatica, arvore da sciencia ou grammatica da sciencia.

Januario dos Santos Sabino.—Um livro de leitura graduada.

João da Matta Araujo.—Um compendio de orthographia e um syllabario.

João Rodrigues da Fonseca Jordão.—Um compendio de systema metrico e um florilegio.

João José de Poveas Pinheiro.—Um livro de leitura.

Manoel José Pereira Frazão.—Um compendio de arithmetica, um compendio de grammatica portugueza, uma taboada, e um compendio de geographia do Brazil.

Fonte: AGCRJ - Série Instrução Pública / vários anos.

Este documento comprova que a prática de produção dos “livros escolares” por parte dos professores que muitas vezes possuíam mais de uma obra publicada, era fiscalizada pelas autoridades governamentais, assim como a maioria das ações que se relacionavam com “instrução” e “formação” da população. Ao promover uma espécie de censo dos livros escolares existentes, o ministro constrói uma zona de visibilidade na qual autor e obra assumem lugar destacado. Com este procedimento, o homem do poder central mostra o conhecimento que possui acerca de produção didática e, ao mesmo tempo, credencia aquilo que reconhece e inibe o uso do que poderia existir nas margens daquilo que é oficializado, legitimado.

É possível afirmar, no percurso que envolvia os livros escolares, mais do que consumidoras passivas destes objetos para auxílio de suas aulas, os professores agiam, seja analisando e avaliando as obras que deveriam ser autorizadas para uso das escolas – como foi possível observar pelo parecer emitido pela professora Josepha Thomazia da Costa Passos sobre o *Syllabario*, de M. Ribeiro de Almeida, a pedido do governo imperial –, seja produzindo tais compêndios. Deste modo, é possível trabalhar com a hipótese de Schueler (2005), de que estes professores, homens e mulheres, se destacaram por sua atuação como intelectuais do ensino e da cidade. Intelectuais que desempenhando (e disputando) a função de autores, participaram na produção de saberes, objetos, textos e livros escolares, interferindo nas representações em conflito a respeito da escola primária e dos projetos educacionais em circulação na cidade do Rio de Janeiro, na segunda metade do século XIX.

Cabe ressaltar que, como alerta Gondra (2007, p. 14), a atribuição do estatuto intelectual a um homem ou mulher deve buscar reconhecer seus pertencimentos e sua inscrição em determinada ordem discursiva que autoriza e legitima determinados sujeitos a manejarem a palavra e a pena em favor de problemas bem determinados. Assim, para este autor, a emergência do intelectual se encontra condicionada a um espaço de expressão, objeto a ser expresso e tipo de sujeito que exprime. Esta nos parece ser uma chave de leitura que ajuda a compreender a produção intelectual de professores e professoras no século XIX. A condição de docente, vinculada à experiência pedagógica do mesmo e as estratégias empregadas para amplificar suas posições acerca da difusão de determinados saberes são atributos que credenciam estes agentes a ocuparem a função autor.

Abstract: In the journey involving the school books in the nineteenth century the female teachers also had an active part in this process, either evaluating and analysing works that should be approved for the use of the primary schools or producing them. If we take in consideration that in this time the supremacy over the writing belonged to the male sex, it is possible to affirm that there was an expressive number of women who became authors of books. The main objective of this article is to begin a discussion about the existent relations between the female condition, the exercise of the teaching career by them and the production of school books in the XIX century.

Keywords: school books; Corte imperial; female authors.

Recebido em junho de 2010 e aceito para publicação em outubro de 2010.

Referências

- BATISTA, Antonio Augusto G.; GALVÃO, Ana Maria de O. *A leitura na escola primária brasileira: alguns elementos históricos*. In: PROJETO MEMÓRIA DE LEITURA: a leitura na escola primária brasileira, 1999.
- BICALHO, Fernanda. O bello sexo: imprensa e identidade feminina no Rio de Janeiro em fins do século XIX e início do XX. In: COSTA; BRUSHINI (Org.). *Rebelião e submissão: estudos sobre a condição feminina*. São Paulo: Vértice, Fundação Carlos Chagas, 1989.
- BITTENCOURT, Circe Maria F. *Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar*. 1993. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.
- _____. Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910). *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 30, n.3, set./dez. 2004.
- BORGES, Angélica. *Ordem no ensino: inspeção de professores primários na Capital do Império brasileiro (1854-1865)*. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- CHAMON, Carla S. *Maria Guilhermina Loureiro de Andrade: a trajetória profissional de uma educadora*. 2005. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.
- CHAMON, Carla S.; FARIA FILHO, Luciano. M. A educação como problema, a América como destino: a viagem de Maria Guilhermina. In: MIGNOT, Ana Chrystina Venancio; GONDRA, José Gonçalves. (Orgs.). *Viagens pedagógicas*. São Paulo: Cortez, 2007.
- DUARTE, Constância Lima. *Feminismo e literatura no Brasil*. Revista de Estudos Avançados, São Paulo, v. 49, 2003.
- GALVÃO, Ana. Maria. de O. A circulação do livro escolar no Brasil oitocentista. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 28., 2005, Caxambu. *Anais...* Caxambu, 2005.
- GONDRA, José G. *O dia do professor: a ordem, a lei e as regras*. 1997. v. 1. (Caminhando em Educação Coletânea, VI).
- _____. *Instrução e intelectualidade no Império Brasileiro*, 2007. Mimeografado.
- _____. (org). *A emergência da escola*, 2008. Mimeografado.
- GONDRA, José G.; SACRAMENTO, Winston. Luiz Pedreira do Couto Ferraz (verbete). In FÁVERO, Maria de Lourdes A.; BRITTO, Jader M. (Orgs.). *Dicionário dos educadores no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, Brasília: INEP, 2002.
- GOUVÊA, Maria Cristina. Meninas na sala de aula: dilemas da escolarização feminina no século XIX. In: FARIA FILHO, Luciano (Org.). *A infância e sua educação: materiais, práticas e representações (Portugal e Brasil)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: T. A. Queiroz, EDUSP, 1985.
- LOURO, Guacira. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, UNESP, 1997.
- MACIEL, Francisca Izabel P. Ler, escrever e contar. . . a história da alfabetização em

Minas Gerais. In: PERES, Eliane; TAMBARA, Elomar. (Orgs.). *Livros escolares e ensino da leitura e da escrita no Brasil (séculos XIX-XX)*. Pelotas: Seiva, 2003.

MATTOS, Ilmar. R. A construção do Império da boa sociedade. In: MAGALDI, A. M.; ALVES, C; GONDRA, J. G. *Educação no Brasil: história, cultura e política*. Rio de Janeiro: Ed. Universitária São Francisco, 2003.

MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820 - 1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005.

MOREL, Marco; BARROS, Mariana Gonçalves Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MUZART, Z. L. Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v.11, n. 1, jan./jun. 2003.

SCHUELER, Alessandra. *Professores primários como intelectuais na Corte imperial: experiências profissionais, produção escrita e grupos de sociabilidades (1860-1889)*. 2005. Projeto de Pesquisa.

SCHUELER, Alessandra; TEIXEIRA, Giselle B. Livros escolares e produção escrita de uma professora primária da Corte imperial: o caso de Guilhermina Azambuja Neves. In: SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO: Memórias, Histórias e Formação de Professores, 3., 2007, São Gonçalo. *Anais...* São Gonçalo, 2007.

_____. *Livros para a escola primária carioca no século XIX: produção, circulação e adoção de textos escolares de professores*. 2008. Mimeografado.

SCHUELER, Alessandra; TEIXEIRA, Josele. Experiências e produção intelectual de professores primários na Corte imperial. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 4., 2006, Uberlândia. *Anais...* Uberlândia, 2006. CD-ROM.

SILVA, Alexandra Lima da. *As redes dos livros didáticos: autores, livreiros, editores e público leitor na cidade do Rio de Janeiro (1854-1931)*. 2007. Mimeografado.

TAMBARA, Elomar A. C. Trajetórias e natureza do livro didático nas escolas de ensino primário no século XIX no Brasil. *História da educação (ASPHE)*, Pelotas, v. 6, n. 11, 2002.

TABAK, F. M.; TAVARES, Eleuza Diana A. Literatura e História no romance feminino do Brasil do século XIX: Úrsula. In: SEMINÁRIO NACIONAL, 12.; SEMINÁRIO INTERNACIONAL MULHER E LITERATURA, 3., 2007, Ilhéus. *Anais...* Ilhéus, 2007.

TEIXEIRA, Giselle B. *O Grande Mestre da Escola: Os livros de leitura para a Escola Primária da Capital do Império Brasileiro*. 2008. Dissertação (mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

UEKANE, Marina N. *Instrutores da milícia cidadã: a Escola Normal da Corte e a formação de professores primários (1854-1889)*. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

Biblioteca Nacional - RJ:

Coleção de Leis, decretos, Actos e Decisões do Governo no Brasil.

Fontes eletrônicas

UNIVERSITY OF CHICAGO. Center for Research Libraries. Brazilian Government Document Digitization Project. *Ministerial Reports: Império, 1832-1888*. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/hartness/imperio.html>>. Acesso em: dez. 2007.

Fontes Manuscritas

Setor de Documentação Escrita do AGCRJ-Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro: Série de Instrução Pública.

Códices: Livros e métodos de ensino

- 10.4.8 – Ofícios diversos – 1871
- 10.4.18 – Ofícios diversos – 1852 à 1873
- 10.4.20 – Ofícios diversos – 1852 à 1890
- 11.1.2 – Provas, certidões, atestados, adoção de livros – 1856
- 11.1.11 – Aprovação de livros – 1858
- 11.1.16 – Adoção de livros – 1859
- 11.2. 9 – Programas, pontos, livros, métodos, contas, cartas, aluguéis, contratos – 1864
- 11.2.12 – Contas; Representações contra professores; Prédios; Aluguéis; Contratos e outros papéis; Inventários das Escolas; Livros e métodos de ensino; Diplomas; Procurações e justificações; Ofícios. 1865
- 11.2.15 – Ofícios diversos – 1866
- 11.2.19 – Conselho Superior de Instrução, materiais escolar; mapas de matrículas; contratos, queixas; cartas; contas – 1866
- 11.2.21 – Ofícios diversos – 1876
- 11.2.26 – Ofícios diversos – 1867
- 11.3.28 – Ofícios diversos – 1871
- 11.4.20 – Exames de escolas superiores, secundaria e primária da Corte – 1874 a 1875
- 11.4.21 – Obras e publicações – 1874 a 1877
- 11.4.30 – Ofícios diversos – 1877
- 13.2.18 – Adoção de livros e métodos de ensino – 1857

- 15.3.5 – Castigos Corporaes, Esgrima e gymnastica nas escolas, Methodo Bacadafá, Systema Métrico Decimal (1870 a 1889).
- 15.3.20 – Ofícios diversos – 1858.